



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**  
**3.ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – RAE – 2020**

---

**DATA:** 14/08/2020.

**INÍCIO:** 09:00 h.

**TÉRMINO:** 11:06 h.

**LOCAL:** Videoconferência por meio da plataforma Zoom.

**PAUTA:** Prêmio CNJ de Qualidade. Metas Nacionais. Outras deliberações.

**MEMBROS:** Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juízes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Ricardo dos Santos Câmara, Humberto Figliuolo Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

---

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de 2020, às 09:00 h, por meio de videoconferência na plataforma Zoom, reuniu-se a Comissão de Acompanhamento de Metas Nacionais do Poder Judiciário, instituída pela Portaria n.º 1.524/2020 – PTJ, sendo consignada a presença dos seguintes membros da Comissão: Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juízes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Ricardo dos Santos Câmara, Humberto Figliuolo Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores deste Sodalício. Presentes, também, Dr.ª Etelvina Lobo Braga e Dr. Cid da Veiga Soares Júnior, Juízes de Direito; Ana Paula Nogueira Aguiar, Bruno Oliveira de Souza, Haline Gomes de Campos, Maria Cristina de Paiva Mattos, Maria Tereza Botinelly Martins Ribeiro, Mauro Saraiva Barros Lima, Sandro Alberto Rodrigues da Silva e Valda Maria Calderaro de Azevedo, servidores desta egrégia Corte. Procedeu-se, então, à abertura da reunião, conduzida pelo Exm.º Sr.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**  
Desembargador-Coordenador, o qual destacou ser esta a terceira e última Reunião de Análise Estratégica, relacionada ao Prêmio CNJ de Qualidade 2020, cujo período de referência dos requisitos terminará no dia 31 de agosto. Salientou, também, que, em razão da proximidade do fim, no presente encontro teríamos um panorama acerca do desempenho do Tribunal no Prêmio deste ano. Nada obstante, frisou que, primeiramente, seria dado ênfase às Metas Nacionais de 2020, considerando ser este o foco do Tribunal no momento, uma vez que, nesse âmbito, ainda há tempo hábil para garantir o total atendimento dos critérios exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Sendo assim, o Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador passou a palavra à servidora Márcia Rizzato, para que fizesse uma breve explanação sobre os tópicos que seriam tratados na apresentação elaborada pela Divisão de Planejamento. De saída, a servidora asseverou que a Divisão de Planejamento optou por focar sua explanação nas Metas Nacionais de 2020, em especial, nas unidades que apresentam dificuldades no seu alcance, haja vista que o período de referência somente terminará no dia 31 de dezembro, condição que evidencia ainda haver tempo suficiente para criação e implementação de novas medidas, com vistas ao integral cumprimento dos índices estipulados. Por conseguinte, passou a palavra à servidora Eleonora Brandão, que iniciou a sua exposição tratando da Meta 1. Nessa seara, a servidora destacou que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas encontra-se com taxa de cumprimento da Meta 1 em 90,94 % (noventa vírgula noventa e quatro por cento) e com saldo de 12.168 (doze mil, cento e sessenta e oito) processos para cumprir a Meta. Especificamente sobre a Meta 1 no Primeiro Grau, Capital e Interior, noticiou que a taxa de cumprimento exigida foi atingida. Contudo, destacou que o problema está no Segundo Grau, no qual a Meta 1 encontra-se com taxa de 78,88% (setenta e oito vírgula oitenta e oito), e no âmbito dos Juizados Especiais, cuja taxa de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário** cumprimento está em 70,86% (setenta vírgula oitenta e seis por cento) na Capital, com saldo para cumprir de 13.404 (treze mil, quatrocentos e quatro) processos, e em 87,10% (oitenta e sete vírgula dez por cento) no Interior, com saldo para cumprir de 506 (quinhentos e seis) processos. Especificamente no Segundo Grau, apontou os Gabinetes com maior saldo de processos para cumprir a Meta, dentro os quais estão o do Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador Délcio Santos, da Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargadora Graça Figueiredo e do Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador Paulo Lima. Na oportunidade, o Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador afirmou que já está entrando em contato com os Gabinetes que se encontram com maior dificuldade de cumprimento das Metas, para que a questão seja solucionada. Retomando a palavra, a servidora passou a tratar das Varas dos Juizados Especiais com maior saldo de processos para cumprir da Meta 1, dentre as quais estão: 16.<sup>a</sup> Vara do Juizado Especial Cível, com 1.518 (mil, quinhentos e dezoito) processos; a 13.<sup>a</sup> Vara do Juizado Especial Cível, com 1.441 (mil, quatrocentos e quarenta e um) processos; a 3.<sup>a</sup> Vara do Juizado Especial Cível, com 1.212 (mil, duzentos e doze) processos; e a 11.<sup>a</sup> Vara do Juizado Especial Cível, com 1.086 (mil e oitenta e seis) processos. Nesse ponto, sublinhou que há diversas Varas de Juizado Cível com acúmulo de processos, situação que necessita de alguma providência para a resolução do problema. Nesse instante, o Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador solicitou que a servidora enviasse esses dados, por *e-mail*, ao Dr. Cid da Veiga e ao servidor Sandro Rodrigues, para que sirvam de base para as ações da Assessoria Virtual. Retomando a palavra, a servidora expôs que, no Interior, os Juizados com maior número de processos para cumprir a meta são: o 1.<sup>o</sup> Juizado Especial da Comarca de Itacoatiara, com 599 (quinhentos e noventa e nove) processos; o 1.<sup>o</sup> Juizado Especial da Comarca de Humaitá, com 228 (duzentos e vinte e oito) processos; e o 1.<sup>o</sup> Juizado Especial da Comarca de Coari, com 206 (duzentos e seis) processos. Na oportunidade, a Dr.<sup>a</sup>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**

Elza Vitória questionou ao Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador se poderia entrar em contato com os magistrados responsáveis por essas unidades. Em resposta, o Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador informou que já havia mandado Ofício à Corregedoria, indicando as unidades judiciárias com desempenho insatisfatório. Destacou, ainda, que essas unidades receberão o apoio da Assessoria Virtual, mas, ao mesmo tempo, será dado ciência à Corregedoria, tendo em vista que esse tipo de situação costuma se renovar com frequência. Retomando a palavra, a servidora Eleonora Brandão passou a tratar da Meta 2, informando que Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas encontra-se com percentual de cumprimento acima de 100% (cem por cento) em todos os âmbitos. Quanto à Meta 3, a servidora realçou que o Tribunal se encontra com 55,51% (cinquenta e cinco vírgula cinquenta e um por cento) de taxa de cumprimento, com saldo de 9.892 (nove mil, oitocentos e noventa e dois) processos para cumprir a Meta. Informou, também, que o Dr. Roberto Taketomi e o Dr. Gildo Alves estarão, em breve, à frente de alguns mutirões para tentar sanar a problemática. Na oportunidade, Dr. Roberto Taketomi registrou que haverá mutirões em 03 (três) Comarcas do Interior no mês de outubro. Contudo, frisou que somente essas ações não serão suficientes, em razão do grande número de processos pendentes para o integral cumprimento da Meta. Ao ser questionado pelo Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador sobre as sugestões para o total implemento da Meta 3, o Dr. Roberto Taketomi asseverou a necessidade de expansão desses mutirões no Interior, considerando que o maior gargalo da Meta 3 está nessa seara. Nesse ponto, a servidora Márcia Rizzato enfatizou que poderia também ser feito um estudo sobre as Varas de Família, visto trata-se de uma área na qual a possibilidade de resolução de conflitos por meio da conciliação é mais viável, inclusive com a utilização de plataformas de videoconferência. Na oportunidade, o servidor Sandro Rodrigues



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário** registrou que a Assessoria Virtual pode auxiliar nessas ações, ficando responsável pela expedição das intimações das partes para as audiências de conciliação. O servidor Ricardo Câmara, por sua vez, salientou que, este ano, as conciliações ficaram bastante prejudicadas pela pandemia e que, uma das formas de tentar solucionar a questão, seria a realização de pelo menos 02 (duas) semanas de conciliação, considerando que a semana de conciliação de 2019 teve grande impacto positivo na Meta 3 daquele ano, principalmente em razão da pré-semana de conciliação, na qual o Tribunal chama os grandes demandados para conciliar. Em vista disso, o Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador determinou que fosse marcada, para a semana seguinte, uma reunião para tratar dessa sugestão, oportunidade em que a servidora Valda Calderaro se colocou à disposição para ajudar na organização dessa ação. No mesmo instante, o Dr. Cid da Veiga sugeriu que o levantamento que será feito nas Varas de Família, seja feito também nas Varas dos Juizados, nas quais os acordos também se apresentam mais viáveis. Retomando a palavra, a servidora Eleonora Brandão, passou à análise da Meta 4, relatando que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas encontra-se com 90,71% (noventa vírgula setenta e um por cento) de taxa de cumprimento, com saldo de 98 (noventa e oito) processos para cumprir a Meta. Especificamente sobre a Meta 4 no Primeiro Grau - Interior, noticiou que a taxa de cumprimento está em 90,30% (noventa vírgula trinta por cento), com saldo de 55 (cinquenta e cinco) processos para cumprir a Meta. No que atine ao Primeiro Grau - Capital, informou que a taxa se encontra em 91,32% (noventa e um vírgula trinta e dois por cento), com saldo de 40 (quarenta) processos para cumprir. Já quanto ao Segundo Grau, registrou que a Meta 4 encontra-se com taxa de 57,14% (cinquenta e sete vírgula catorze por cento), com saldo de 05 (cinco) processos para cumprir a Meta. Nesse ponto, o servidor Sandro Rodrigues destacou que, quanto ao Segundo Grau, já entrou em contato



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**  
com os assessores de Desembargadores para localizar e priorizar esses processos pendentes. No que tange ao Primeiro Grau, o servidor asseverou que a Assessoria Virtual já fez o mapeamento desses processos da Meta 4 e destinou um grupo de trabalho específico para eles. Nesse ponto, o Dr. Roberto Taketomi frisou a necessidade de se avaliar se os processos indicados na Meta 4 estão corretamente classificados, ocasião em que o servidor Sandro Rodrigues afirmou que esse trabalho também será feito pela Assessoria Virtual. Retomando a palavra, a servidora Eleonora Brandão indicou quais as Varas com maior saldo de processos para cumprir a Meta 4, quais sejam: 3.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, com saldo de 12 (doze) processos; 10.<sup>a</sup> Vara Criminal, com saldo de 09 (nove) processos; e 1.<sup>a</sup> Vara Criminal, com saldo de 09 (nove) processos. Na oportunidade, a Dr.<sup>a</sup> Etelvina Braga declarou que os processos da Meta 4 da 3.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública serão devidamente julgados. Retomando a palavra, a servidora Eleonora Brandão passou a indicar os Gabinetes com processos da Meta 4 pendentes de julgamento, dentre os quais estão o do Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador Cláudio Roessing, com saldo de 02 (dois) processos e do Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador Anselmo Chíxaro, com apenas 01 (um) processo pendente. A seguir, procedeu ao exame da Meta 6, noticiando que, no geral, o Tribunal conseguiu atingir a taxa de cumprimento exigida, com exceção do âmbito do Primeiro Grau - Interior, no qual a taxa encontra-se em 97,82% (noventa e sete vírgula oitenta e dois por cento), com saldo de 14 (catorze) processos para cumprir a Meta. Especificamente sobre as unidades do Primeiro Grau – Interior, indicou quais as Varas com maior saldo para cumprir a Meta: 3.<sup>a</sup> Vara da Comarca de Parintins, com saldo de 10 (dez) processos; 1.<sup>a</sup> Vara da Comarca de Parintins, com saldo de 08 (oito) processos; e Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira, com saldo de 08 (oito) processos. Já no que tange à Meta 8, na parte do Femicídio, a servidora Eleonora Brandão salientou que, no geral, o Tribunal



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário** cumpre esse critério, todavia, quanto ao âmbito do Primeiro Grau - Interior, a taxa de cumprimento encontra-se em 92,31% (noventa e dois vírgula trinta e um por cento), restando 01 (um) processo para cumprir a Meta. Relativamente à parte de Violência Doméstica da Meta 8, o Tribunal encontra-se com 75,60% (setenta e cinco vírgula sessenta por cento) de taxa de cumprimento, com saldo de 630 (seiscentos e trinta) processos para cumprir a Meta. No que diz respeito ao Primeiro Grau, a taxa de cumprimento está em 75,48% (setenta e cinco vírgula quarenta e oito por cento) de cumprimento, com saldo de 633 (seiscentos e trinta e três) processos para cumprir a Meta. Já quanto ao Primeiro Grau – Interior, a taxa de cumprimento encontra-se 55,80% (cinquenta e cinco vírgula oitenta por cento), com saldo de 909 (novecentos e nove) processos para cumprir a Meta. Especificamente sobre as unidades do Primeiro Grau - Interior, a servidora indicou quais as Varas com maior saldo para cumprir a Meta: 1.<sup>a</sup> Vara da Comarca de Iranduba, com saldo de 79 (setenta e nove) processos; 1.<sup>a</sup> Vara de Manacapuru, com saldo de 72 (setenta e dois) processos; e 1.<sup>a</sup> Vara de Coari, com saldo de 55 (cinquenta e cinco) processos. Nesse ponto, o Dr. Roberto Taketomi ressaltou que, muitas vezes, os processos pendentes tratam de medidas protetivas que foram concedidas, no entanto, o processo permaneceu em andamento, razão pela qual é necessário o estabelecimento e cumprimento de um protocolo por todas as Varas. Na segunda parte da reunião, a servidora Márcia Rizzato iniciou sua apresentação acerca dos itens do Prêmio CNJ de Qualidade. No que concerne ao item 1 do Prêmio CNJ de Qualidade, que abrange as Reuniões de Análise Estratégica e o Núcleo de Estatística, destacou que ele restará cumprido com a conclusão da presente reunião. No que tange ao item 2, do Comitê Gestor Regional e do Comitê Orçamentário da Política de Priorização do 1.<sup>o</sup> grau, enfatizou que a Divisão de Planejamento se encontra no aguardo das informações relativas aos membros dos Comitês. Na oportunidade, o Dr. Jorsenildo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**

Dourado noticiou que os membros serão reconduzidos até a realização da nova eleição, estando, portanto, o item cumprido. Retomando a palavra, a servidora realçou que, quanto ao item 3, o Dr. Jorsenildo Dourado havia solicitado que o servidor Mauro Saraiva preparasse uma apresentação sobre a matéria. Nesse instante, o Dr. Jorsenildo Dourado explicou que o Prêmio CNJ de Qualidade é prioridade da atual Presidência e que, em um mês de gestão, já houve grandes avanços. Sugeriu, também, que a servidora Márcia Rizzato focasse sua apresentação dos itens ainda não cumpridos. Retomando a palavra, a servidora passou a tratar do item 6, de Acessibilidade, rememorando que já há o relatório parcial das atividades, faltando, apenas, o complemento das ações dos meses de julho e agosto de 2020. Ressaltou, ainda, que essa é a mesma situação dos relatórios dos itens 8, 9 e 10 e que todos estão sendo monitorados. Em relação ao item 11, da judicialização da saúde, a servidora destacou a presença da Dr.<sup>a</sup> Etelvina Braga, Coordenadora do Nat-Jus, que poderia detalhar melhor as atividades. Nesse instante, o Dr. Jorsenildo destacou que o Tribunal iria zerar o Eixo de Governança, mas, após diversas providências, mais de 80% (oitenta por cento) dos itens foram cumpridos, ficando pendente, apenas, a solução extrajudicial para conflitos da área de saúde pública, por meio da criação do CEJUSC Saúde. A Dr.<sup>a</sup> Etelvina Braga, por sua vez, afirmou que a atenção dada pela atual Presidência foi fundamental para esse avanço. Realçou, também, a necessidade de criação do CEJUSC Saúde. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a explanar sobre o item 12, da Comissão Permanente de Segurança, informando que o plano de segurança já foi incluído na próxima pauta do Tribunal Pleno para aprovação. Quanto ao plano de formação e especialização, o Dr. Jorsenildo Dourado informou que já foi aprovado. No que diz respeito aos itens do Eixo de Produtividade, o servidor Humberto Figliuolo noticiou que a equipe de estatística já está focada na inserção



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**  
de dados das categorias de litigiosidade, Resolução n.º 219 e violência contra a mulher. Na oportunidade, o servidor Ricardo Câmara registrou que a equipe do DataJud está bastante empenhada nos ajustes, em especial, nas classificações e movimentações errôneas. Nesse instante, o Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador comunicou que o servidor Mauro Saraiva gostaria de tecer alguns comentários sobre o item 3. Na oportunidade, a Dr.ª Etelvina Braga pediu licença para se retirar, em virtude de outro compromisso, no que foi devidamente autorizada pelo Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador que, em seguida, passou a palavra ao servidor Mauro Saraiva. Por conseguinte, o aludido servidor relatou que a Resolução n.º 219 trata de dois pontos: a equalização da forma de trabalho e a distribuição de cargos comissionados e funções gratificadas, que devem ser proporcionais ao número de processos novos no último triênio. Contudo, destacou que, embora o objetivo da Resolução seja louvável, na prática, o regramento é de difícil cumprimento. Nesse trilhar, asseverou que, no caso do nosso Tribunal, a aplicação integral da Resolução resultaria em um quantitativo exíguo de 114 (cento e catorze) servidores no Segundo Grau, a serem distribuídos em 37 (trinte e sete) unidades, circunstância que se apresenta inviável. Dessa feita, finalizou sua apresentação sublinhando o Tribunal não conseguirá atingir a pontuação de alguns critérios do item 3, mas que se trata de importante questão a ser considerada no próximo Prêmio CNJ de Qualidade. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou à análise do item 23, de Adoção e Acolhimento. Na oportunidade, as servidoras Valda Calderaro e Jéssica Bastos relataram que já está sendo feito um trabalho junto aos magistrados do interior, que possuem processos de adoção, para que utilizem o cadastro SNA como rotina cartorária. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato procedeu ao exame do item 24, das Sessões de Julgamento Virtuais. Nesse ponto, o servidor Ricardo Câmara ressaltou que, em razão da pandemia, houve



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**

uma queda no número de audiências e sessões de julgamento realizadas, nada obstante, não há como se estimar o resultado do Tribunal, considerando que haverá comparação com outras Cortes, que também passaram pela mesma situação extraordinária. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a explanar sobre o item 27, da Publicação nos Diários de Justiça eletrônicos. Nesse momento, servidor Ricardo Câmara sublinhou que está sendo feita a integração entre os sistemas e que, provavelmente até o dia 28 de agosto, a ação será finalizada e será possível emitir a certidão exigida pelo colendo Conselho Nacional de Justiça, afirmando que todos os atos são publicados, de forma automatizada. Por oportuno, o Dr. Jorsenildo Dourado afirmou que, independente do resultado da integração, será informado na Certidão que o Tribunal possui os dois sistemas, SAJ e PROJUDI, que realizam a publicação dos atos processuais, com exceção dos despachos de mero expediente, em razão do grande volume. Acaso não seja finalizada a integração, será informado que somente o SAJ realiza publicações de forma automatizada. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a tratar do item 32, do Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR). Na oportunidade, a servidora Ana Paula Aguiar, responsável pelo NUGEP, realçou que foram encerrados os trabalhos do grupo criado para revisar as informações a serem enviadas no BNPR. Nessa senda, informou que foram revisados 1.215 (mil, duzentos e quinze) processos, com realização de alterações na movimentação e no status de diversos processos. Exauridas as deliberações para o momento, o Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador declarou o encerramento da reunião, às 11:06 h. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcela de Alencar Leite Rodrigues, na qualidade de Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Exm.<sup>o</sup> Sr. Desembargador-Coordenador e demais presentes.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**

*Assinado digitalmente*

**Desembargador JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS**  
**Coordenador da Comissão**

*Assinado digitalmente*

**JORSENILDO DOURADO DO NASCIMENTO**  
**Juiz de Direito**

*Assinado digitalmente*

**ELZA VITÓRIA DE SÁ PEIXOTO PEREIRA DE MELLO**  
**Juíza de Direito**

*Assinado digitalmente*

**ROBERTO SANTOS TAKETOMI**  
**Juiz de Direito**

*Assinado digitalmente*

**CHRYSIANO LIMA E SILVA**  
**Secretário-Geral de Administração**

*Assinado digitalmente*

**MÁRCIA RACHEL DE CASTRO RIZZATO**  
**Diretora da Divisão de Planejamento**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**

*Assinado digitalmente*  
**RICARDO DOS SANTOS CÂMARA**  
**Divisão de Tecnologia e Informação da Comunicação**

*Assinado digitalmente*  
**HUMBERTO FIGLIUOLO JÚNIOR**  
**Diretor do Núcleo de Estatística**

*Assinado digitalmente*  
**MARIA ELEONORA BRANDÃO CASTELO BRANCO**  
**Divisão de Planejamento**

*Assinado digitalmente*  
**JÉSSICA FERNANDA FÔNSECA BARKER BASTOS**  
**Coordenadoria de Projetos e Processos**

*Assinado digitalmente*  
**MARCELA DE ALENCAR LEITE RODRIGUES**  
**Secretária da Comissão**

*Assinado digitalmente*  
**ETELVINA LOBO BRAGA**  
**Juíza-Coordenadora do Nat-Jus**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**

*Assinado digitalmente*  
**CID DA VEIGA SOARES JÚNIOR**  
**Juiz-Coordenador do NAJV**

*Assinado digitalmente*  
**ANA PAULA NOGUEIRA AGUIAR**  
**Núcleo de Gerenciamento de Precedentes**

*Assinado digitalmente*  
**BRUNO OLIVEIRA DE SOUZA**  
**Divisão de Planejamento**

*Assinado digitalmente*  
**HALINE GOMES DE CAMPOS**  
**Secretária Administrativa da COIJ**

*Assinado digitalmente*  
**MARIA CRISTINA DE PAIVA MATTOS**  
**Divisão de Planejamento**

*Assinado digitalmente*  
**MARIA TEREZA BOTINELLY MARTINS RIBEIRO**  
**Coordenadoria-Geral dos Juizados Especiais**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**

*Assinado digitalmente*

**MAURO SARAIVA BARROS LIMA**  
**Divisão de Gestão de Pessoas**

*Assinado digitalmente*

**SANDRO ALBERTO RODRIGUES DA SILVA**  
**Juiz-Coordenador do NAJV**

*Assinado digitalmente*

**VALDA MARIA CALDERARO DE AZEVEDO**  
**Coordenadoria da Infância e da Juventude**